

ACTA N.º 01/2011

REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE 05 / 01 / 2011

PRESENCAS

PRESIDENTE : BERNARDINO ANTÓNIO BENGALINHA PINTO
VEREADORES : JOÃO ANTÓNIO MERCA PEREIRA
PAULO JOSÉ CACHOLA MANZOUPO
ESTÊVÃO MANUEL MACHADO PEREIRA
JOSÉ JACINTO BENTO GRAVE

HORA DE ABERTURA: 14,30 HORAS

HORA DE ENCERRAMENTO: 20,00 HORAS

FALTAS JUSTIFICADAS

FALTAS INJUSTIFICADAS

RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 30 / 12 / 2010

CAIXA	702,13 €
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1.852.548,41 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00000345430.....	929.622,69 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004293431.....	30.735,81 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005270350.....	- €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005455530	29,26 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005478430	56.207,09 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005496230	2.582,62 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005511750.....	- €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005537330.....	1.613,72 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005672550.....	158,06 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005684950.....	19.490,45 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006168050	5.430,67 €
B. T. A. – CONTA N.º 0018/10814784001	48.183,12 €
MILLEN-BCP – CONTA N.º 0033/13880012049	16.192,37 €
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579668	361.654,15 €
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579743	329.870,20 €
B. E. S. – CONTA N.º 0007/00219692682	50.778,20 €
TOTAL DE DISPONIBILIDADES	1.853.250,54 €
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS	1.796.722,15 €
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	56.528,39 €



O senhor Presidente declarou aberta a reunião às catorze horas e trinta minutos, cuja ordem de trabalhos era a seguinte:-----

- 1) Aprovação da acta da reunião ordinária de 22 de Dezembro de 2010; -----
- 2) Aprovação da acta da reunião extraordinária de 29 de Dezembro de 2010; -----
- 3) Informação sobre a actividade da Câmara; -----
- 4) Conhecimento dos despachos proferidos no uso de competência subdelegada em matéria de administração urbanística; -----
- 5) Aprovação da acta em minuta; -----
- 6) Quota para a Associação Nacional de Municípios Portugueses em 2011; -----
- 7) Ratificação da 1.ª alteração ao Orçamento da Receita (despacho de 30/12/2010); -----
- 8) Ratificação da 13.ª alteração ao Plano Plurianual de Investimentos (despacho de 30/12/2010);
- 9) Ratificação da 32.ª alteração ao Orçamento da Despesa (despacho de 30/12/2010); -----
- 10) Proposta de aprovação do auto de medição n.º 2 relativo à Empreitada de Execução de Diversas Obras nas Freguesias de Alcáçovas e Aguiar. -----

O senhor Presidente propôs a inclusão na ordem de trabalhos do seguinte ponto adicional: -----

- 11) Ratificação do despacho do senhor Presidente da Câmara que anulou algumas transferências de verba no âmbito da Acção Social Escolar. -----

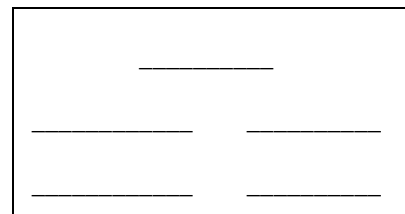
--

Tendo a Câmara reconhecido urgência de deliberação imediata sobre este assunto, aprovou por unanimidade a sua inclusão na ordem do dia nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

Ponto um) Aprovação da acta da reunião ordinária de 22 de Dezembro de 2010 – Com as abstenções dos senhores Vereadores Estêvão Pereira e José Jacinto, por não terem estado presentes na reunião a que a acta se refere, foi aprovada com três votos favoráveis a acta número vinte e sete relativa à reunião ordinária realizada no dia 22 de Dezembro de 2010. -----

Ponto dois) Aprovação da acta da reunião extraordinária de 29 de Dezembro de 2010 – A Câmara aprovou por unanimidade a acta número vinte e oito relativa à reunião extraordinária realizada no dia 29 de Dezembro de 2010. -----

Ponto três) Informação sobre a actividade da Câmara – O senhor Presidente informou que este Município recebeu o Certificado comprovativo da colaboração na implementação do Programa Eco-Escolas durante o ano lectivo 2009/2010, tendo sido reconhecido como “Município Parceiro



Eco-Escolas 2010”, tendo sido atribuída no concelho a Bandeira Verde Eco-Escolas à E.B.2,3/S

Dr. Isidoro de Sousa. -----

- Informou também o senhor Presidente que em conformidade com o fax ontem recebido, terá início no próximo dia 10 de Janeiro uma Inspeção Ordinária a este Município por parte da IGAL

– Inspeção-Geral da Administração Local. -----

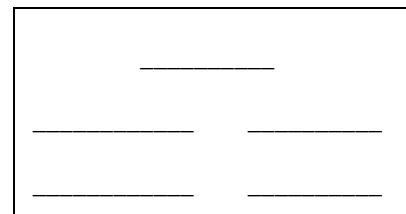
- Referiu ainda o senhor Presidente que na sequência do que foi falado na última sessão da Assembleia Municipal, será realizada no próximo dia 10 de Janeiro, às 21 horas, uma sessão informativa destinada aos eleitos relativa ao IC33, no âmbito da consulta pública, com a participação de dois técnicos da área. -----

- O senhor Vereador João Pereira referiu que o investigador André Lourenço e Silva disponibilizou um exemplar da sua tese de Mestrado subordinada ao tema “Os Embrechados do Horto e da Ermida do Paço das Alcáçovas: origem, significado artístico e estratégias de conservação”. De acordo com os orientadores deste trabalho está em aberto a possibilidade de poder vir a ser efectuada uma publicação sobre o tema. O senhor Vereador agradeceu a amabilidade do investigador ao disponibilizar um estudo académico que constitui uma mais-valia e enriquecerá a Biblioteca de Alcáçovas onde poderá ser consultado. -----

- O senhor Vereador Estêvão Pereira, referindo-se à máquina de projecção de filmes existente no Cine-Teatro, disse que apesar dela ser de boa qualidade não permite contudo a passagem de filmes com tecnologia digital a três dimensões. Dado que há filmes que por esse motivo perdem qualidade, sugeriu que a Câmara equacione a possibilidade de alterar a tecnologia existente passando para 3D. -----

- O senhor Vereador Estêvão Pereira, reportando-se aos pedidos de elementos que fez, disse que por parte da Divisão Administrativa e Financeira a informação foi prontamente disponibilizada, contendo de forma bastante clara os dados pedidos relativamente a horas extraordinárias e ajudas de custo. Este Vereador manifestou o seu agradecimento e referiu que a informação que solicitou na mesma altura, relativa a processos de licenciamento urbanístico, ainda não lhe foi entregue. O senhor Presidente informou que já dispõe dessa informação há algum tempo e que a irá reencaminhar de imediato para o senhor Vereador, via e-mail. -----

Ponto quatro) Conhecimento dos despachos proferidos no uso de competência subdelegada em matéria de administração urbanística – A Câmara tomou conhecimento da relação de



despachos proferidos pelo senhor Vice-Presidente da Câmara, no uso de competência subdelegada em matéria de administração urbanística. -----

Ponto cinco) Aprovação da acta em minuta – A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a acta desta reunião em minuta, no final da mesma, nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

Ponto seis) Quota para a Associação Nacional de Municípios Portugueses em 2011 – A Câmara deliberou por unanimidade autorizar o pagamento da quota anual para a Associação Nacional de Municípios Portugueses que no corrente ano é de 4.218,00 €. -----

Ponto sete) Ratificação da 1.ª alteração ao Orçamento da Receita (despacho de 30/12/2010) – A Câmara ratificou por unanimidade a 1.ª alteração ao Orçamento da Receita, aprovada por despacho do senhor Presidente a 30 de Dezembro de 2010. -----

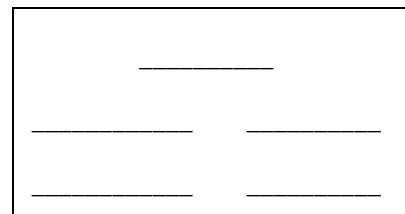
Ponto oito) Ratificação da 13.ª alteração ao Plano Plurianual de Investimentos (despacho de 30/12/2010) – A Câmara ratificou por unanimidade a 13.ª alteração ao Plano Plurianual de Investimentos, aprovada por despacho do senhor Presidente a 30 de Dezembro de 2010. -----

Ponto nove) Ratificação da 32.ª alteração ao Orçamento da Despesa (despacho de 30/12/2010) – A Câmara ratificou por unanimidade a 32.ª alteração ao Orçamento da Despesa, aprovada por despacho do senhor Presidente a 30 de Dezembro de 2010. -----

As alterações ora ratificadas referem-se à integração nos Documentos Previsionais, do montante da comparticipação recebida do POVT – Programa Operacional Temático Valorização do Território, relativa à obra das Piscinas Municipais de Alcáçovas. -----

- A este propósito o senhor Vereador Estêvão Pereira referiu que o último parágrafo que consta nos documentos de aprovação enviados pelo POVT deixam-no bastante satisfeito e expressa bem a mais-valia que é para este concelho a realização da obra em causa: “Este projecto permitirá à Câmara Municipal cumprir com a obrigação social e o objectivo estratégico de promover o hábito do desporto no concelho e dotar o tecido urbano de equipamentos sociais estruturais. Desta forma, os benefícios serão alcançados a nível local e regional, superando e justificando o investimento realizado”. -----

- O senhor Vereador Estêvão Pereira sublinhou a referência ao cumprimento da obrigação social e à superação e justificação do investimento realizado, fazendo notar que esta apreciação está em perfeita consonância com a perspectiva da anterior gestão quanto à oportunidade deste investimento para o concelho. -----



- O senhor Vereador João Pereira, a propósito desta intervenção, referiu que olhar o concelho só nesta perspectiva é redutor, pois o concelho deve ser olhado como um todo não devendo ser deixadas para segundo plano áreas tão importantes e básicas como o são o abastecimento da água, o tratamento dos esgotos e a própria requalificação dos Centros Urbanos. Disse que houve algumas críticas quanto à obra das Piscinas de Alcáçovas mas que em sua opinião não reflectem discordância quanto à realização da obra mas sim discordância quanto ao facto de outras necessidades não terem merecido por parte da anterior gestão, pelo menos a mesma atenção que as Piscinas. -----

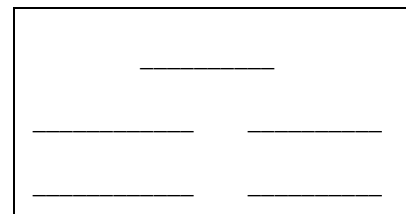
- Disse o senhor Vereador Estêvão Pereira que o senhor Vereador João Pereira parte do principio que nessas áreas que referiu como básicas não aconteceu nada o que não é verdade. Efectivamente não se fez tudo aquilo que era necessário mas a verdade é que sempre existirão necessidades por satisfazer. Quanto à obra das Piscinas de Alcáçovas, aquilo que foi sistematicamente apontado foi a “enormidade de dinheiro para um elefante branco”. Afinal, parece que se pode concluir que quer no verão quer no inverno o equipamento tem uma frequência razoável o que certamente justifica a sua execução e faz cair a tese do “elefante branco”. Disse este Vereador que em boa hora a comparticipação foi recebida e a verba será utilizada em 2011 como a Câmara entender. -----

- O senhor Vereador João Pereira referiu que aquilo que lamenta é que o anterior executivo não tivesse, na altura oportuna e com possibilidades de financiamento, feito a requalificação urbana das vilas como muitos Municípios fizeram. Embora sabendo que nunca estará tudo feito, o que é certo é que as necessidades que considera básicas estão satisfeitas em muitos Municípios, alguns deles até bem próximos e este concelho ficou para trás. Em sua opinião é lamentável que investimentos no âmbito da água e a qualidade visual dos Centros Históricos das vilas não tenham sido consideradas prioridade para poderem avançar em simultâneo com a obra das Piscinas. -----

- O senhor Vereador Estêvão Pereira, quanto ao financiamento das obras, disse que em nenhum Quadro Comunitário de Apoio houve taxas de comparticipação de 80% como as que existem actualmente. -----

- A este propósito, o senhor Vereador João Pereira disse que apesar das taxas de comparticipação serem superiores, a gestão dos financiamentos é agora mais rigorosa. Disse ainda que através dos primeiros Quadros Comunitários de Apoio, com critérios mais flexíveis e com o recurso à administração directa, muitos Municípios aproveitaram para realizar muito investimento. -----

- O senhor Vereador Estêvão Pereira disse que este Município não estava particularmente apetrechado para a administração directa, contrariamente a outros com mais do triplo dos



trabalhadores. Contudo, esta situação do recurso à administração directa foi transitória até à publicação de um diploma que gerou até bastante contestação e que de alguma forma pôs termo a esta forma de execução das obras. Disse ainda o senhor Vereador Estêvão Pereira que serão sempre questionáveis as opções que se tomam no sentido de fazer umas coisas em detrimento de outras. Sempre será assim porque não é possível fazer tudo! -----

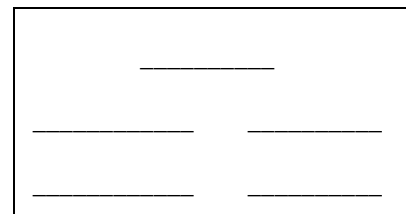
- O senhor Presidente, quanto à transferência de verba do POVT, lembrou que esta candidatura deu bastante trabalho, pois teve que ser reformulada por diversas vezes. Num primeiro contacto com o POVT, foi transmitido que a candidatura não tinha mérito suficiente pelo que muito provavelmente não seria aprovada. Depois, por via de diversas alterações efectuadas, foi então conseguida a aprovação. Disse ainda o senhor Presidente que se não tivesse ocorrido esta transferência, não estaria fácil a situação financeira do Município. Esta transferência revelou-se como que o “oxigénio para o corrente ano”. -----

- O senhor Vereador Estêvão Pereira sublinhou que o facto determinante não é a candidatura mas sim a obra ter sido executada. A candidatura vem num segundo tempo estando no primeiro tempo a obra. Sem obra não teria havido candidatura e conseqüentemente não teria havido financiamento.

- O senhor Presidente considerou não se poder seguir esse raciocínio pois a ser seguido também se poderia dizer que se não tivesse havido obra também não haveria despesa! O senhor Presidente questionou como seria a situação financeira do Município a 31 de Dezembro de 2010 se não tivesse sido recebido este financiamento. -----

- O senhor Vereador Estêvão Pereira referiu que certamente seria menos desafogada, tendo o senhor Presidente dito que seria sim complicadíssima. Manifestou a sua opinião de que as necessidades de financiamento da obra das Piscinas não foram acauteladas pois não acha lógico executar-se uma obra de dois milhões e quinhentos mil euros sem recurso a financiamento bancário. Disse admitir que o empréstimo não se utilizasse na totalidade de 1.100.000,00 € mas daí até não perspectivar qualquer utilização, não consegue compreender. Referiu ainda que os números dão-lhe razão pois revelam que a situação financeira seria muito complicada sem o recebimento do POVT e sem a integração de 300.000,00 € do empréstimo bancário de 2.500.000,00 €, cuja adenda foi visada pelo Tribunal de Contas para alargamento do período de utilização. -----

- O senhor Presidente referiu que se a obra do Estaleiro estivesse concluída e se as verbas do POVT e do empréstimo não tivessem sido recebidas, o saldo do Município seria negativo e daí



que considere que deveria ter sido assegurado o financiamento bancário para a obra. As condições financeiras à data tinham permitido aplicar a verba do empréstimo de 1.100.000,00 €, se este não tivesse sido necessário, a uma taxa de juro superior à que o Município pagava pelo empréstimo.

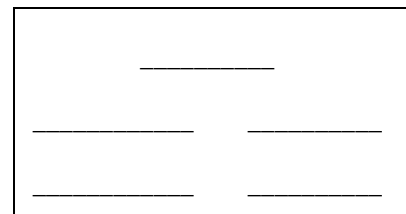
- Disse o senhor Vereador Estêvão Pereira que são sem dúvida perspectivas diferentes de modelos de gestão. Em sua opinião uma gestão mais aventureira, por oposição àquela que o senhor Vereador João Pereira chamou de merceeiro, está na génese das parcerias públicas privadas e às vezes hipoteca o futuro de forma irreversível. -----

- O senhor Presidente disse que não faz sentido o senhor Vereador Estêvão Pereira estar a falar de parcerias públicas privadas porque o Município não está a efectuar operações nesse sentido pelo que não é aplicável a comparação. -----

- A este propósito o senhor Vereador Estêvão Pereira respondeu que não fez qualquer comparação mas disse apenas que o pressuposto que está na base das parcerias público-privadas é a “gestão aventureira”. Disse ainda este Vereador que num primeiro ano de mandato fazer um empréstimo a vinte anos pode significar hipotecar o futuro e parece revelar ausência de preocupação com quem nessa altura estiver na gestão do Município, uma vez que é sabido que o número máximo de mandatos é de três, correspondente a doze anos. Em sua opinião não faz qualquer sentido nem se justifica pedir um empréstimo com um prazo de vinte anos para uma obra (Centro Escolar) com um preço-base de dois milhões e quinhentos e cinquenta mil euros. Efectivamente, se existe a expectativa de financiamento desta obra em 80% e se 10% do capital tem que ser próprio da Entidade, então só restam 10% a financiar por crédito bancário, correspondentes a duzentos e cinquenta e cinco mil euros. Então, a pergunta que se impõe é: “Será necessário pedir um empréstimo de um milhão e cem mil euros se só se irão utilizar duzentos e cinquenta e cinco mil euros? E para esta importância fará sentido que o prazo seja de vinte anos?” -----

- O senhor Presidente, em resposta, disse que também o senhor Vereador Estêvão Pereira, enquanto Presidente, fez um empréstimo a doze anos quando sabia que só poderia presidir à Câmara durante mais oito anos. Por essa lógica, então nenhum Presidente de Câmara faria empréstimos no último ano de mandato. Disse ainda o senhor Presidente que o motivo objectivo de efectuar o empréstimo a vinte anos foi somente o de não onerar demasiado as prestações mensais. -----

- O senhor Vereador João Pereira, reportando-se à expressão “hipotecar o futuro” utilizada pelo senhor Vereador Estêvão Pereira, disse que na sua opinião hipotecar o futuro é não dar às populações a qualidade de vida a que elas têm direito, nomeadamente a nível da água, do



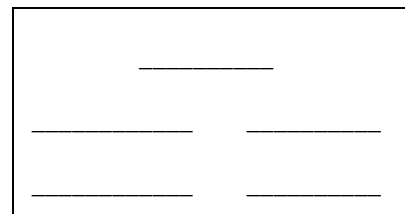
tratamento de esgotos, da requalificação dos centros históricos das vilas, etc. Disse ainda que a perspectiva da anterior Câmara era realizar obra se existisse verba. A sua perspectiva enquanto eleito é proporcionar as melhores condições de vida aos munícipes, recorrendo à Banca, se tal se revelar necessário. Disse compreender que é duplamente embaraçoso para o senhor Vereador Estêvão Pereira o financiamento ter sido recebido: Em primeiro lugar porque se a anterior gestão continuasse, talvez ele não viesse e em segundo lugar porque esse financiamento irá permitir realizar obras que não foram realizadas enquanto presidiu à Câmara. -----

- O senhor Vereador Estêvão Pereira disse que as pessoas que com ele privam há cerca de vinte anos têm alguma dificuldade em perceber o que para si é embaraçoso, pelo que a posição do senhor Vereador João Pereira é deveras presunçosa quando afirma que o facto do financiamento ter vindo é para si “duplamente embaraçoso”. Fez questão de frisar que sempre percepcionará como bom aquilo que for útil para o Município e a vinda de um milhão e tal de euros é sem dúvida uma situação que regista com grande satisfação. Disse ainda que o senhor Vereador João Pereira não defende mais os munícipes do que ele e que nunca ficará contente quando alguma coisa menos boa “acontecer nesta casa”. A máxima “uma vez autarca, autarca uma vida inteira” é-lhe inteiramente aplicável e o senhor Vereador João Pereira ainda não está ao seu nível para sentir as coisas decorrentes da vida autárquica. -----

- O senhor Vereador João Pereira referiu que a sua experiência de 37 anos como trabalhador em Autarquias, dá-lhe uma preparação diferente da do senhor Vereador Estêvão Pereira que apenas tem a perspectiva da gestão. Disse o senhor Vereador João Pereira que o seu percurso profissional de Escriturário a Técnico Superior e agora eleito no Poder Local proporcionou-lhe conhecimentos que recomendam não ser colocado num “nível muito baixinho”. -----

- O senhor Vereador Estêvão Pereira, a este propósito, clarificou que quando falou de nível referiu-se à impossibilidade de quem tem um ano de eleito sentir o espírito autárquico do mesmo modo que outra pessoa que esteve no Poder Local vários anos. Disse inclusive que o senhor Vereador João Pereira, lá para o final do mandato sentirá “esta casa” de maneira diferente da que a sente hoje. -----

- O senhor Vereador João Pereira também clarificou que quando se referiu à questão do embaraço quis obviamente dizer “embaraço político”. Recordou que a força política que o senhor Vereador Estêvão Pereira representa distribuiu há uns meses um comunicado com informação falsa e com o único objectivo de dificultar o trabalho da actual maioria. Disse que é sabido que o objectivo final de quem está na oposição é recuperar o poder e isso só será conseguido se quem estiver na gestão



não tiver sucesso. Assim, será ingénuo acreditar que a oposição fica contente se o desempenho de quem está em maioria agradar à maior parte dos eleitos. -----

- Disse o senhor Vereador Estêvão Pereira que a força política que representa tem aproximadamente 70 anos de idade e já demonstrou que soube viver bons e maus momentos pois está consciente que “atrás de tempos tempos vêm” e já demonstrou ter uma capacidade de resiliência suficiente para ultrapassar as fases menos boas. -----

- O senhor Vereador João Pereira formulou votos de que a oposição continue a sua postura séria e honesta. -----

Ponto dez) Proposta de aprovação do auto de medição n.º 2 relativo à Empreitada de Execução de Diversas Obras nas Freguesias de Alcáçovas e Aguiar – A Câmara aprovou por unanimidade o auto de medição n.º 2 relativo à Empreitada de Execução de Diversas Obras nas Freguesias de Alcáçovas e Aguiar, no montante de 52.130,19 €. -----

Ponto onze) Ratificação do despacho do senhor Presidente da Câmara que anulou algumas transferências de verba no âmbito da Acção Social Escolar – A Câmara ratificou por unanimidade o despacho do senhor Presidente de 31 de Dezembro de 2010 que anulou transferências no âmbito da Acção Social Escolar, dado que os encarregados de educação dos alunos a seguir indicados não vieram receber os apoios concedidos (deliberações de 9 e 16 de Setembro de 2009): -----

- Catarina Gomes Caeiro -----

- Florbela Guerreiro Duarte -----

- Márcia Sofia Palma Reis -----

- Maria Eduarda Boteta Latas -----

- Rodrigo Manita Pão Mole -----

- Ruben Miguel Farinho Elias -----

O senhor Presidente recomendou que sensivelmente a um mês do final do ano sejam sempre alertadas as pessoas de que têm verbas a receber. -----

--- O senhor Presidente declarou encerrada a reunião às vinte horas, tendo a minuta desta acta sido aprovada por unanimidade no final da mesma. -----

Eu,

, Chefe da DAF, a subscrevi.

O Presidente,

Os Vereadores,